

As propostas de movimentos e organizações para redimensionar o Estado, valorizar o trabalho, a renda e a vida

Anderson de S. Campos

Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp (CESIT-Unicamp)

Movimentos sociais populares e organizações de intelectuais do campo progressista têm apresentado, desde o início, propostas para o enfrentamento das crises provocadas pela pandemia de Covid-19. Ignoradas pelos grandes meios de comunicação empresariais e pelo Governo Federal, tais propostas não foram tratadas no debate público, tampouco tiveram incidência sobre as decisões do Executivo. A exceção ocorreu com o enfrentamento na Câmara dos Deputados em torno do projeto de renda mínima emergencial¹.

O presente texto seleciona, dentre o conjunto de iniciativas públicas sugeridas, as propostas relacionadas à valorização do trabalho, proteção do emprego e da renda, das condições laborais e proteção à saúde dos trabalhadores. Nosso recorte temporal é o mês de março, período em que tomou corpo a dramaticidade do problema e a pressão social para que o Estado brasileiro assumisse a coordenação das ações de enfrentamento às crises.

Em análise publicada pelo *GT Mundos do Trabalho: Reformas* (CESIT, 2020), destacamos que diante da combinação entre as crises econômica, epidemiológica e social e a crise político-institucional no Brasil, foi forjada uma falsa polêmica, baseada numa escolha propositalmente simplista entre morrer contaminado ou morrer de fome por não ter alternativa de geração de renda no confinamento em casa.

O objetivo da polêmica, tendo como bases os dogmas econômicos liberais, é evitar a responsabilização do Estado para garantir o direito público e universal ao isolamento em casa para as massas trabalhadoras.

A acentuada queda da atividade econômica tende a produzir um efeito perverso: as dificuldades na produção (oferta) se expressam na “absoluta desmobilização de fatores” (CECON, 2020) e provocam desaceleração na demanda. As despedidas de trabalhadores e a

¹ A proposta oriunda do Governo Federal era de um auxílio de R\$ 200,00 aos trabalhadores informais ou aos que exerçam suas atividades na condição de microempreendedor individual (MEI). Diante de substantiva demanda social, forte apelo das centrais sindicais e de muitos congressistas, esse valor foi ampliado para R\$ 600,00, sendo incluído o direito às mulheres com filhos de receber R\$ 1.200,00.

consequente redução da massa salarial implicam em desaceleração do consumo e potencializam a vulnerabilidade social.

O fortalecimento do setor público democratizado permite organizar os serviços essenciais para que a vida seja preservada. Trata-se da garantia do direito à vida como direito fundamental, sendo o Estado o assegurado desse direito. É o inverso da insistência em reformas totalmente incapazes de reduzir os prejuízos iminentes da população cujos efeitos, ao contrário, como na PEC 186/2019², tendem a aumentar o quadro recessivo do país (ABED, 2020). Assim, concluíamos a análise em CESIT (2020) afirmando que é necessário transformar o papel do Estado e o sentido das políticas que estão sendo propostas pelo governo, estas, sim, ainda presas à dicotomia entre Estado genocida/Estado cidadão.

As propostas apresentadas por centrais sindicais, por associações de juristas e de economistas e por movimentos sociais trazem à centralidade a necessidade de fortalecimento do setor público de forma democratizada. Contribuem, portanto, para as possibilidades de superação das políticas neoliberais, que submetem aos interesses privados setores tão importantes para a saúde e a qualidade de vida das populações. O neoliberalismo contribuiu fortemente para reduzir a capacidade da sociedade de responder a epidemias³.

Foram sistematizadas as propostas apresentadas pelas Centrais Sindicais⁴, pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), pela Associação Juizes pela Democracia (AJD), pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), durante o mês de março de 2020.

A sistematização a seguir aglutinou as propostas em cinco temas, sendo eles: 1) Proteção ao emprego e valorização do trabalho; 2) Garantia de negociação coletiva; 3) Proteção da renda (direta e indireta); 4) Saúde, segurança e condições de trabalho; 5) Fortalecimento do setor público para promover a proteção à vida.

² A PEC 186/2019, além de tornar permanente o Teto de Gasto e estendê-lo aos Estados e Municípios, determina, de modo automático, a suspensão de aumento de despesa com pessoal e também o corte de alguns direitos dos servidores sempre que for descumprida a Regra de Ouro – que ocorre quando as operações de créditos superam os investimentos governamentais – e não apenas quando extrapolar o gasto com pessoal, fixado em lei complementar, ou quando os limites individuais de despesas por poderes e órgãos forem descumpridos.

³ Nesse sentido, ver balanço feito por NAVARRO (2020)

⁴ Subscvem a nota: CUT - Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores, CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros, UGT - União Geral dos Trabalhadores, CSP-Conlutas, Intersindical - Central da Classe Trabalhadora, Intersindical –Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora, CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

1) *Proteção ao emprego e valorização do trabalho*

As propostas apresentadas reivindicam mecanismos de manutenção dos vínculos de emprego, como a proibição de despedidas durante o período de crise. Diante da forte precarização das relações de trabalho no país, propõem a proibição de contratos precários, a formalização de trabalhadores em plataformas digitais e o travamento do trâmite de projetos de lei e medidas provisórias, no âmbito do Congresso Nacional, que implicam em redução da proteção social dos trabalhadores e precarização dos vínculos de emprego.

QUADRO 1

SÍNTESE DE PROPOSTAS PARA PROTEÇÃO AO EMPREGO E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO - MARÇO/2020

PROPOSTAS	PROPONENTES
Garantia de estabilidade para todos os trabalhadores e trabalhadoras no período da crise, por meio dos diversos instrumentos de políticas públicas existentes e, também, caso necessário, com a criação de novos mecanismos que garantam o emprego e a renda de todos os trabalhadores, formais e informais	CENTRAIS SINDICAIS
Proibição da demissão de empregadas e empregados, servidoras e servidores públicos e da redução de salários de empregadas e empregados, servidoras e servidores públicos	AJD
Proibição de contratação de pessoas para realização das atividades essenciais por meio de contratos precários (intermitente ou que não asseguram direitos trabalhistas – legais e convencionais – mínimos).	AJD
Formalização imediata do vínculo de emprego dos trabalhadores que prestam serviços a empresas proprietárias de plataformas digitais , impondo-se, ainda, a criação de um fundo a cargo dessas empresas para proteger, de forma emergencial, a renda de seus trabalhadores.	AJD
Suspensão de todas as votações e sessões do Congresso Nacional que excluem direitos da classe trabalhadora, bem como a revogação da Medida Provisória 905 e a retirada das PECs emergenciais enviadas pelo governo, antes da pandemia	CENTRAIS SINDICAIS

Fonte: Elaboração própria

2) *Garantia de negociação coletiva*

As propostas apresentadas reivindicam assegurar a participação sindical nas negociações trabalhistas no âmbito da empresa e das categorias nas medidas relacionadas à gestão da crise. A garantia da ultratividade dos acordos e convenções é um ponto de partida fundamental, uma vez que as limitações para o exercício do trabalho e, portanto, da organização dos trabalhadores estão postas. Outrossim, propõem que as medidas voltadas

para a restrição de riscos no trabalho e adaptações necessárias em relação à jornada e locais de trabalho sejam necessariamente objeto de negociação com as entidades representativas dos trabalhadores, seja por meio de acordos, criação de comitês ou outros instrumentos coletivos de trabalho.

QUADRO 2

SÍNTESE DE PROPOSTAS PARA GARANTIA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA – MARÇO/2020

PROPOSTAS	PROPONENTES
Garantir a ultratividade da negociação coletiva (manutenção do acordo/convenção até que outro seja fechado) pelo período de 180 dias ou até que a crise causada pelo coronavírus seja superada.	CENTRAIS SINDICAIS
Cobrar e propor às empresas, entidades patronais e instituições públicas a constituição de comitês , em conjunto com os sindicatos de base, para acompanhar a crise, garantir transparência das ações implementadas e promover iniciativas visando reduzir a propagação da doença nos locais de trabalho	CENTRAIS SINDICAIS
Recomendar que negociem acordos e/ou instrumentos coletivos de trabalho prevendo flexibilização de horários, especialmente para os trabalhadores que integrem grupos vulneráveis, o abono de faltas sem a apresentação de atestado médico àqueles que apresentarem sintomas sugestivos da COVID-19, entre outras medidas necessárias para conter a transmissão da doença	MPT
Diálogo e efetiva negociação com o sindicato de trabalhadores , como condição necessária para a implementação das medidas de restrição de riscos , tais como definição dos equipamentos imprescindíveis para trabalho dos profissionais de saúde, vedação da sobrejornada, prática de revezamento e a redução da jornada sem diminuição de salários, observando-se as notas técnicas emitidas pelo Ministério Público do Trabalho (www.https://mpt.mp.br/pgt/noticias/coronavirus-veja-aqui-as-notas-tecnicas-do-mpt)	AJD

Fonte: Elaboração própria

3) Proteção da renda (direta e indireta)

A proteção da renda é outra frente imprescindível para que os trabalhadores(as) possam suprir suas necessidades. As propostas apresentadas podem ser tipificadas em dois sentidos.

O primeiro sentido das propostas apresentadas parte da garantia do valor correspondente à renda mensal dos trabalhadores e ampliação das transferências diretas de renda. O estabelecimento de renda básica de cidadania, ampliação do seguro-desemprego, zerar a fila de milhões de pessoas à espera de aposentadoria (cerca de 2 milhões de pessoas) e de acesso ao Programa Bolsa Família (cerca de 3,5 milhões de pessoas) e a manutenção das bolsas de estudo nas universidades públicas colocam-se ao lado de políticas de garantia de

renda para os precarizados na informalidade, nos aplicativos e para os empregados nas micro e pequenas empresas.

O segundo sentido das propostas apresentadas é a redução do custo de vida das famílias, de forma a garantir o consumo de itens básicos e redução do endividamento delas. Dentre as medidas propostas estão o congelamento de preços de itens de primeira necessidade, anistia de contas de água, luz, gás, bem como a redução de mensalidades nas escolas e universidades privadas.

QUADRO 3
SÍNTESE DE PROPOSTAS PARA PROTEÇÃO DA RENDA (DIRETA E INDIRETA) –
MARÇO/2020

PROPOSTAS	PROPONENTES
Criar Fundo de Emergência para, durante a crise, garantir um salário mínimo mensal para desempregados, informais e conexos	CENTRAIS SINDICAIS, UNE, MMM
Pagamento de renda básica de cidadania para todas as famílias com renda inferior ao mínimo necessário indicado pelo DIEESE (em fevereiro de 2020: R\$ 4.366,51).	AJD
Ampliar imediatamente o seguro-desemprego pelo período necessário, conforme os desdobramentos da crise sanitária e econômica	CENTRAIS SINDICAIS, AJD
Pagamento de auxílio creche no valor de 1 salário mínimo para contratação de um cuidador/a domiciliar para os/as profissionais de saúde com filhos menores de 12 anos	CENTRAIS SINDICAIS
Em caso de suspensão das aulas, viabilizar o acesso à merenda escolar ou conceder recursos financeiros para que as famílias possam garantir a alimentação das crianças	CENTRAIS SINDICAIS, MMM, UNE
Imediato pagamento das aposentadorias de todas e todos que já alcançaram esse direito, garantindo aos aposentados o acesso aos benefícios para quase 2 milhões de solicitações.	CENTRAIS SINDICAIS, AJD
Os trabalhadores informais/conta própria que sofrerem quebra de atividade durante a redução da circulação de pessoas ou no caso em que seja definido período de confinamento geral da população; ou, ainda, que necessitem se afastar do trabalho para os cuidados com as crianças em recesso escolar terão apoio financeiro através da Seguridade Social, com valores definidos conforme as regras do seguro desemprego, através dos mecanismos disponíveis na seguridade social (para os informais sem contribuição previdenciária, deve-se implementar programas da seguridade, tais como o BPC, Benefício de Prestação Continuada, o Bolsa Família e/ou programas similares ao seguro-defeso); diferimento do pagamento de contribuições sociais para os trabalhadores/as por conta própria e microempreendedores durante a redução ou cessação das atividades econômicas desses trabalhadores/as.	CENTRAIS SINDICAIS
Trabalhadores de aplicativos: Se houver quebra da atividade, suspender a cobrança dos contratos com as locadoras de veículos, pelo período que durar a quarentena para aqueles que trabalham com veículo alugado; adiar a cobrança da	CENTRAIS SINDICAIS

prestação, sem cobrança de juros e multas, para aqueles que trabalham com veículos financiados; para os trabalhadores de aplicativos que necessitem de isolamento e/ou tenham contraído coronavírus, as empresas responsáveis pelos aplicativos devem estabelecer medidas que garantam a remuneração média dos trabalhadores no período de afastamento, conforme as orientações das autoridades sanitárias brasileiras (como criação de um fundo com recursos para esse fim)	
Garantir uma força tarefa e o orçamento adequado para zerar a fila do programa Bolsa Família (3,5 milhões de pessoas);	CENTRAIS SINDICAIS
Concessão imediata de benefício proveniente do orçamento da União, com sub-rogação do Estado na dívida salarial, para assegurar o recebimento dos salários de empregados e empregadas de microempresas	AJD
Manutenção da totalidade de bolsas de estudos de pós-graduação e intensificação das políticas de permanência a estudantes cotistas, bem como dos demais programas de fomento educacional e de pesquisa, inclusive como forma de estímulo ao desenvolvimento de soluções à crise sanitária; revogação imediata da Portaria 34, da CAPES, que altera critérios de distribuição de bolsas, permitindo o corte de bolsas de estudos em diversos programas de pós-graduação	AJD, UNE
Fim da supervisão orçamentária de 40% dos recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pelo Congresso Nacional em 2020, liberando e ampliando mais verba para o pagamento dos auxílios permanência nas universidades	UNE
Congelar os preços de itens de primeira necessidade , como álcool em gel, máscaras de proteção, medicamentos auxiliares no tratamento a enfermidades virais e a cesta básica de alimentos	CENTRAIS SINDICAIS, MMM
Anistia nas cobranças de contas de luz, água, aluguel, internet entre outros.	MMM, MAB, AJD
Reduzir o preço do botijão de gás para R\$ 40,00 para a população em geral e fornecê-lo, de forma gratuita, para os mais carentes	CENTRAIS SINDICAIS, MAB
Distribuição gratuita mensal de botijão de gás de cozinha (B 13kg) às famílias de trabalhadores classificáveis ao Programa Bolsa Família.	MAB
Revogação do decreto presidencial que aumenta em 40% a conta de luz dos agricultores	MAB
Para garantir a segurança alimentar , ampliar significativamente os recursos para o PPA – Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e retomar as políticas para a agricultura familiar, inclusive com programa específico de distribuição de alimentos, garantindo que não ocorra problemas de desabastecimento e de aumento de preços	CENTRAIS SINDICAIS
Renúncia fiscal para famílias com renda inferior ao mínimo necessário indicado pelo DIEESE e para pessoas jurídicas com até 10 empregados que não usem meios fraudulentos para mascarar vínculos de emprego; remissão de dívida bancária de empréstimos para famílias com esse corte de renda	AJD
Proibição de ordens de despejo por falta de pagamento de aluguel e vedação à interrupção de fornecimento de energia elétrica, gás, água, por inadimplemento de famílias que tenham renda igual ou inferior ao mínimo indicado pelo DIEESE	AJD
Garantia do acesso à internet de todas as pessoas com celulares pré-pagos ou planos populares, sem a redução de velocidade, corte ou cobrança de conexão enquanto durar o isolamento social	AJD

Suspensão ou redução das mensalidades para estudantes das universidades privadas e pós-graduação lato sensu, levando em consideração que há uma redução de custos das instituições ao suspenderem ou transferirem as aulas para o método à distância; renegociação ou parcelamento de mensalidades para os estudantes (universitários e pós-graduandos) de universidades privadas ou que tiveram redução de salário durante o período de quarentena; anistia das mensalidades durante a quarentena para estudantes de universidades privadas que são trabalhadores autônomos; impedimento da cobrança de multas ou quaisquer outras penalidades de estudantes que paguem suas mensalidades após o vencimento enquanto perdurar a suspensão das aulas	UNE
Suspensão da cobrança de juros de parcelas atrasadas nos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES e P-FIES) com vencimento nos próximos 180 dias	UNE

Fonte: Elaboração própria

4) Saúde, segurança e condições de trabalho

O local de trabalho e a rua passaram a constituir riscos para a saúde e a preservação da vida, diante da pandemia. Assim, as propostas apresentadas visam ampliar o afastamento do local do trabalho, evitando aglomeração e permitindo o isolamento domiciliar. Ao mesmo tempo, consideram a importância de garantir condições de preservação da saúde dos trabalhadores de serviços essenciais à sociedade. Por fim, propõem também políticas de preservação da saúde nas ruas, onde circulam os trabalhadores, incluindo aqueles excluídos do direito à moradia.

Dentre as propostas voltadas para ampliar o afastamento dos locais de trabalho, destacam-se alterações na jornada, ampliações de licenças (maternidade, por doença) e abono de faltas. Para preservar a saúde e garantir condições de trabalho em serviços considerados essenciais, sugere-se reforçar a responsabilização de empregadores, os mecanismos de fiscalização e a testagem de toda a população. Para a preservação da saúde nas ruas, destacam-se as propostas de fornecimento em massa de medicamentos e álcool em gel, criação de locais públicos de higienização e a garantia do acesso à água.

QUADRO 4

SÍNTESE DE PROPOSTAS PARA SAÚDE, SEGURANÇA E CONDIÇÕES DE TRABALHO – MARÇO/2020

PROPOSTAS	PROPONENTES
Durante o período de redução da circulação de pessoas : suspender as atividades laborais quando forem confirmados casos de coronavírus nas empresas; fomentar jornadas de trabalho com horários de entrada e saída alternativos, que evitem circulação no transporte público em horários de pico; considerar como falta justificada aquelas realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras que ficarão em	CENTRAIS SINDICAIS, MPT, AJD

casa para acompanhar os filhos de até 12 anos, por força da suspensão das atividades escolares presenciais	
Alterações na jornada de trabalho: para trabalhadores atendam familiares doentes ou em situação de vulnerabilidade a infecção pelo coronavírus; estabelecer medidas temporárias como o home office, com estabilidade e garantia da renda do trabalhador; fornecimento e custeio, pelo empregador, dos meios necessários para a realização, dentro dos padrões de saúde e segurança, do trabalho em domicílio, quando se mostre viável.	MPT, CENTRAIS SINDICAIS, AJD
Ampliar a licença-maternidade para as trabalhadoras que voltariam às suas atividades no período da quarentena	CENTRAIS SINDICAIS
Suspender o retorno dos trabalhadores afastados por auxílio doença pelo período em que durarem as medidas de redução da circulação de pessoas e/ou de confinamento geral da população	CENTRAIS SINDICAIS
Desde que informado ao departamento pessoal/recursos humanos pelos trabalhadores e trabalhadoras sobre doenças como gripes, resfriados e/ou de suspeita de coronavírus, as empresas devem abonar as faltas , sem necessidade de atestado médico. As medidas de abono ao trabalho devem também se estender aos trabalhadores de aplicativos	CENTRAIS SINDICAIS
Advertir os gestores dos contratos de prestação de serviços , quando houver serviços terceirizados, quanto à responsabilidade da empresa contratada em adotar todos os meios necessários para conscientizar e prevenir seus trabalhadores acerca dos riscos do contágio do novo coronavírus e da obrigação de notificação da empresa contratante quando do diagnóstico de trabalhador com a doença	MPT
Nas atividades essenciais à preservação da vida , que não possam ser interrompidas, obrigação do fornecimento, pelo empregador público e privado, inclusive quanto às trabalhadoras e trabalhadores terceirizados e informais, dos meios necessários ao deslocamento seguro ao ambiente de trabalho e dos equipamentos de proteção individual e de proteção coletiva necessários à redução de riscos; determinação do imediato pagamento de adicional por risco de vida	AJD, CENTRAIS SINDICAIS
Vedação de qualquer medida que implique enfraquecimento dos instrumentos disponíveis para a fiscalização das condições de trabalho das e dos profissionais que atuam em atividades essenciais	AJD
Necessária ampla divulgação de informações, em meio acessível, para pessoas com deficiência (sensorial e intelectual) e respeitados os seus plenos direitos	AJD
Para a população em situação de rua : disponibilizar espaços públicos de higienização (banheiros, chuveiros e lavanderias públicas); distribuir kits de higienização; distribuir alimentação em kits individuais (quentinha); intensificar e reforçar o acompanhamento da assistência social	CENTRAIS SINDICAIS
Garantir, nos postos de saúde, o fornecimento de medicamentos para gripes e resfriados, além da distribuição gratuita de álcool em gel	CENTRAIS SINDICAIS, MMM
Exigir locais de higienização das mãos em espaços públicos como estações de transporte públicos, prédios públicos, bancos, supermercados, farmácias, entre outros; medidas emergenciais para resolver a crise de abastecimento de água : reparos na distribuição de água e uso de caminhões-pipa.	CENTRAIS SINDICAIS, MPT; MMM
Garantir que as empresas promovam a vacinação antecipada de trabalhadores/as contra a gripe, conforme campanha nacional de vacinação do SUS	CENTRAIS SINDICAIS

Garantir o teste para coronavírus para toda a população que apresente sintomas, inclusive com equipe de coletas do teste domiciliar	CENTRAIS SINDICAIS
--	-----------------------

Fonte: Elaboração própria

5) Fortalecimento do setor público para promover a proteção à vida.

Para que o conjunto das iniciativas públicas com caráter universal seja implementado, as propostas formuladas apontam para a necessidade de redimensionamento do papel do Estado. Significa recuperar e fortalecer o orçamento público para financiar as políticas universais, retomar sua dimensão de promotor da infraestrutura pública e assumir o controle público sobre bens e serviços.

Em relação ao orçamento público, propõem medidas para destravar as fontes de financiamento das políticas sociais e da valorização do serviço público, como a revogação da chamada lei do teto de gastos e dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por outro lado, reivindicam exigência da contribuição financeira dos mais ricos e a cobrança sumária dos grandes devedores do Estado.

Para retomar o papel de Estado como promotor da infraestrutura pública, propõem investimento estatal para fortalecer o complexo industrial da saúde, especialmente na produção de equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como a contratação de profissionais da saúde.

Com vistas a reorientar o Estado para exercer maior controle público sobre bens e serviços, destacam-se as propostas: estatização de hospitais; imposição do transporte gratuito de alimentação e medicamentos pelas grandes companhias de transporte terrestre e aéreo; a utilização de prédios públicos ou privados, que não estejam atendendo a sua função social, para uso como abrigo a pessoas em situação de rua ou como atendimento às vítimas do vírus; a quebra de patentes de remédios necessários ao tratamento da COVID-19.

QUADRO 5

SÍNTESE DE PROPOSTAS PARA FORTALECIMENTO DO SETOR PÚBLICO PARA PROMOVER A PROTEÇÃO À VIDA – MARÇO/2020

PROPOSTAS	PROPONENTES
Orçamento público: suspensão do teto de gastos (Emenda Constitucional 95); suspender os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal que impedem o aumento de investimentos na saúde dos estados e municípios; imediata suspensão	CENTRAIS SINDICAIS, AJD, UNE, MMM

do pagamento do serviço da dívida pública até o final do ano; Revogação da Emenda Constitucional 86, que estabelece medidas que reduzem os valores obrigatórios para a saúde	
Suspensão imediata dos benefícios fiscais e proibição de prorrogação de prazos para pagamento ao estado de dívidas ordinárias, relativamente às grandes empresas; Cobrança imediata e com rito sumaríssimo dos maiores devedores do Estado; exigência de aporte de dinheiro por parte das instituições financeiras, equivalente ao lucro líquido obtido em 2019, a ser destinado para a construção de hospitais temporários e fornecimento gratuito de alimentos e remédios para todos que deles necessitarem.	AJD
Aumentar os investimentos no complexo da saúde , imediatamente: indústria de equipamentos, produção de fármacos, formação e contratação de profissionais da saúde, ampliação imediata dos equipamentos de saúde (unidades de atenção básica e centros hospitalares)	CENTRAIS SINDICAIS
Subvenção à fabricação em larga escala de respiradores mecânicos , produtos de esterilização e assepsia e equipamentos de proteção individual e coletiva para a área da saúde, a serem distribuídos em todo o território nacional	AJD
Liberar a contratação emergencial de profissionais da saúde para reforçar as equipes de atendimento em todos os equipamentos de saúde, através do programa Mais Médicos; autorizar a realização de concursos públicos para recompor a força de trabalho no SUS e na Anvisa, considerando, inclusive, que, no médio prazo, também haverá desdobramento para atendimento à população que contrair o vírus. Se necessário, o Estado deve requisitar leitos e aparelhos hospitalares privados para garantir o atendimento da população	CENTRAIS SINDICAIS
Infraestrutura privada sob controle público : permissão de estatização de hospitais para o atendimento imediato de necessidades da população em geral; imposição às grandes transportadoras e companhias aéreas e rodoviárias que viabilizem o transporte gratuito de alimentação e medicamento a todas as cidades brasileiras	AJD, MMM
Determinação de utilização imediata de prédios públicos ou privados que não estejam atendendo sua função social, assim como de hotéis e congêneres, para que sirvam de abrigo à população de rua, para centros de atendimento à saúde das pessoas infectadas, para pessoas em isolamento e para aqueles que dependem de cuidados de terceiro e este esteja em isolamento ou infectado	AJD
Quebra de patentes de remédios necessários ao tratamento médico da COVID-19	AJD

Fonte: Elaboração própria

Um campo a ser pesquisado

Apesar de vetadas no debate junto à opinião pública e sem incidência sobre as decisões de um Governo Federal avesso ao sentido das propostas apresentadas pelas organizações e movimentos sociais populares aqui sistematizadas, muitas delas podem ser vistas em iniciativas locais. Governos estaduais e municipais têm implementado em várias partes do país experiências que dialogam com tais propostas. Verificar o alcance de tais políticas públicas, seus impactos sobre a preservação da vida e das condições materiais de

existência das famílias, sua relação com o orçamento público e o papel dos poderes instituídos, dentre outras dimensões, pode se constituir num instigante campo de pesquisa social e econômica.

Em relação à proteção dos empregos, da renda dos trabalhadores, um campo de pesquisa pode ser formar em torno das possibilidades de fortalecer e ampliar o estatuto do trabalho ou mesmo verificar a permanência e aprofundamento da precarização e desproteção. Nesse mesmo sentido, estarão as entidades sindicais, a Justiça do Trabalho e os órgãos de fiscalização agindo em qual sentido?

Por fim, mas obviamente não conclusivo, uma agenda de pesquisa sobre as iniciativas públicas e privadas, sobre as tensões sociais e as condutas dos atores políticos em conflito pode buscar apreender na realidade o que se acumula em relação ao setor público, à desmercantilização da vida e à centralidade do trabalho na organização da sociedade.

Fontes:

Medidas de proteção à vida, à saúde, ao emprego e à renda dos trabalhadores e trabalhadoras. Nota das Centrais Sindicais, 16 de março de 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/documentossindicais/2020/notaCentraisCoronaVirus.html>

Que o Congresso Nacional assuma o protagonismo: devolva a cruel MP 927! Nota das Centrais Sindicais, 23 de março 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/para-cut-e-demais-centrais-congresso-deve-devolver-mp-927-cruel-e-macabra-4718>

Nota técnica conjunta nº 02/2020 - PGT/CODEMAT/CONAP, Ministério Público do Trabalho — Procuradoria Geral do Trabalho, 13 de março de 2020. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-conjunta-02-2020-pgt-codemat-conap-1.pdf>

Manifesto pelo enfrentamento responsável dos problemas sociais e econômicos gerados pelo novo coronavírus, abaixo-assinado da Associação Juízes pela Democracia. Disponível em: <https://www.ajd.org.br/noticias/2549-manifesto-assinado-pela-ajd-e-outras-entidades-sugere-37-medidas-para-enfrentar-os-problemas-sociais-e-economicos-provocados-pelo-coronavirus>

Plano Emergencial para escolas, instituições de ensino e/ou de pesquisas durante o período de suspensão das aulas por conta do COVID-19. União Nacional dos Estudantes. www.une.org.br

Contra o coronavírus, exigimos medidas concretas! Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/contra-o-coronavirus-exigimos-medidas-concretas-leia-10-reivindicacoes/>

Água, luz e gás de cozinha: não pagar e não deixar cortar. Movimento dos Atingidos por Barragens. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-prop-e-medidas-emergenciais-n-cortar-e-n-pagar-gua-luz-e-g-s>

Bibliografia citada

CECON (2020) - Centro de Estudos da Conjuntura e Políticas Econômicas. **A Coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo.** IE/Unicamp. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota_cecon_oronacrise_natureza_impactos_e_medidas_de_enfrentamento.pdf

CESIT (2020) - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. **Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida.** GT – Mundos do Trabalho: Reformas. Disponível em: <http://www.cesit.net.br/emprego-trabalho-e-renda-para-garantir-o-direito-a-vida/>

ABED (2020) – Associação Brasileira de Economistas pela Democracia. **A urgência de medidas econômicas anticíclicas para se lidar com a pandemia do Coronavírus.** Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEconomia-Politica%2FA-urgencia-de-medidas-economicas-anticiclicas-para-se-lidar-com-a-pandemia-do-Coronavirus%2F7%2F46952&fbclid=IwAR123X8Jo0ExAW26T5_kTY1y9cvMoECF_iYqoFTYMeYA994eSsNFy_Tn870g

NAVARRO (2020), Vicenç. **As consequências do neoliberalismo na pandemia atual.** Carta Maior. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/As-consequencias-do-neoliberalismo-na-pandemia-atual/4/46945>